

## EDITORIAL

Silvia Garcia Nogueira e Andrea Pacheco Pacífico, co-editoras

Atentados terroristas em Paris e refugiados sírios no Brasil e na Europa, em uma situação classificada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) como uma “emergência humanitária”, caracterizando a atual crise global do regime de proteção internacional aos refugiados, estão na pauta de discussão internacional, neste segundo semestre de 2015. Se, por um lado, a lógica contida na sociedade da informação em que vivemos transforma a realidade trágica desses fatos em espetáculo a ser exibido pela mídia, por outro demanda uma reflexão mais detida sobre dois temas que têm sido caros ao campo das Relações Internacionais: cooperação e conflito.

As temáticas estão presentes neste Volume 6 (2) da Revista de Estudos Internacionais, sob múltiplos enfoques, haja vista os artigos referentes a intervenções militares e humanitárias em distintos contextos, como nos artigos de Andrea Pacífico e Igor Henriques de Farias; e de Mikely Ribeiro e Mariana Lyra. O primeiro trata da perseguição aos cristãos no Iraque durante a intervenção militar estadunidense entre 2003 e 2011 e da responsabilidade internacional do governo estadunidense por esta situação, utilizando os conceitos da Escola Inglesa de ordem e justiça na sociedade internacional. O segundo busca avaliar o papel do genocídio ruandês no processo de institucionalização de uma norma de intervenção humanitária no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de pesquisa em documentos onusianos.

A construção de solidariedade nas relações internacionais a partir da análise do regime de proteção aos refugiados na América Latina é o foco do artigo de Patrícia Martuscelli. Nele, a autora parte das seguintes perguntas: seria possível a solidariedade em um ambiente anárquico? Como ela se realizaria na prática? Para isso, ela analisa como as teorias das Relações Internacionais e outros campos das ciências sociais abordam a questão, recorrendo a um estudo de caso do regime latino-americano de proteção aos refugiados, que menciona explicitamente o conceito de solidariedade em seus documentos e programas.

A questão dos refugiados também é abordada por Jan Lacerda, Amanda Silva e Rayanne Nunes. Para os autores, os conflitos na Síria têm gerado diversos problemas nos quesitos básicos de responsabilidade do Estado, ocasionando a fuga de muitos sírios para outros países em busca

de melhor qualidade de vida. Uma vez que o acolhimento deles no Brasil tem liderado o *ranking* de refugiados no país, o artigo pretende abordar a política brasileira para os refugiados provenientes da Síria e analisar o papel desenvolvido pelo ACNUR nesse processo.

A circulação de pessoas pelo mundo não ocorre somente por motivos de expulsão, por exemplo a vivência de situações-limite de conflito em seus países de origem, cuja solução muitas vezes são os pedidos de refúgio em outros países. Muitas vezes, os deslocamentos e as migrações ocorrem norteados por fatores de atração presentes nos países de destino desses migrantes. Este é o exemplo de estudantes internacionais que deixam sua terra natal para se capacitarem profissionalmente. O artigo de Deolindo de Barros e Silvia Garcia Nogueira trata justamente da cooperação internacional educacional, em especial a construída entre o Brasil e os países africanos, a partir do governo Lula da Silva (2003-2010) e seu projeto de construção de uma agenda positiva nas relações internacionais, envolvendo múltiplas dimensões e atores. Entre as ações implementadas pelo governo brasileiro, que merecem foco no artigo, estão o fortalecimento do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

A América do Sul também está presente nesta edição. Mayra Goulart da Silva analisa as relações existentes entre os mecanismos de democracia direta e o hiperpresidencialismo na Venezuela, já que a ideia de participação foi incorporada como núcleo normativo do arranjo constitucional delineado na Carta bolivariana de 1999. O propósito do artigo é, portanto, investigar em que medida iniciativas de fortalecimento do protagonismo do povo são afetadas pela predominância do Executivo, enquanto elemento recorrente na tradição política do país, caracterizada pelo personalismo e pelo hiperpresidencialismo.

O texto de Ornela Fabani tem por objetivo analisar a evolução do vínculo político-diplomático entre a Argentina e a Palestina, atendendo aos condicionantes internos e externos, que ajudam a explicar a relação entre ambos durante o período entre 1983 e 2014. Já Guilherme Oliveira e Isadora Silveira tratam do Brasil, em particular da política externa brasileira voltada para a América do Sul, objetivando discutir a ocorrência ou não de uma mudança na condução da política externa brasileira para a região no governo Dilma Rousseff em relação ao governo Luiz Inácio (Lula) da Silva e, em caso positivo, verificar sua profundidade.

Finalizando esta edição, Fernanda Sousa, Daniela Matias e Priscila Seixas analisam o desempenho do Brasil e da Indonésia no que tange ao Crime Organizado, tendo como referencial

o Relatório Periódico Universal (RPU) da ONU, além de comparar o tratamento conferido à temática por ambos os Estados. Já Flávio Contrera realiza um debate teórico e metodológico sobre o conceito de interesse nacional, ressaltando uma grande dificuldade para se trabalhar com este conceito, já que não há um consenso acerca da sua exata definição. E Stephanie Queiroz Garcia faz uma resenha do livro *Energy Security: An Interdisciplinary approach*, de Gawdat Bahgat.

Boa leitura!